

nossas baias coletivas¹

Marcos Guilherme Belchior de Araújo²

BAIA: Compartimento ou espaço ao qual se recolhe o animal, nas cavaliças e estábulos.

Um jornal sergipano noticiou em agosto deste ano (2005) uma matéria inusitada que, não fosse pela bizarrice do acontecimento, seria deveras cômica, e sob todos os aspectos.

Há seis meses atrás (fevereiro/2005), famílias sem teto fixo se instalaram em baias para animais de um parque de exposições agropecuárias de Aracaju. Diante do episódio, o governo estadual se prontificou a remanejá-las para algum outro local menos insalubre (ou talvez com um nível de insalubridade que lhes fosse mais adequado, digno ou merecido, não sei).

Finalmente, eis que as famílias deixarão suas respectivas baias (set/2005), maasssss não porque o Estado tenha lhes garantido alguma outra paragem ou mesmo outras baias em outro parque, mas porque dentro em breve (nov/2005) haverá exposição agropecuária e as famílias terão de ceder seus lugares para os legítimos ocupantes do lugar – os caprinos, suínos, eqüinos e bovinos – sob a ameaça de serem expulsas judicial e cacetalmente de lá. Através de pressão da opinião pública, o governo informou que casas populares já estariam em fase de conclusão, para onde essas pessoas seriam conduzidas até outubro deste ano no máximo. Dizem que só falta a rua, os postes, o esgoto...

*

Bom, a minha hipótese é que, longe de se tratar de um fato isolado, específico, o “acontecimento baia” é antes o sintoma de uma carnificina contemporânea da alteridade, de uma nova e pobre faixa de valor para o outro, de um anestesiamiento das sensações que poderiam sinalizar a presença intensiva do outro, presença que incomodava e perturbava

¹ Texto escrito no ano de 2005, por ocasião de visita a moradores sem-teto na periferia da cidade de Aracaju (SE).

² Psicólogo e mestrando pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade / Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP.

em todos os sentidos, complexificando e enriquecendo nossas relações de subjetividade e de sociabilidade, e forçando o constante trabalho de reconfiguração dos mapas existenciais coletivos.

Entretanto, a tendência de nossa máquina social é o latrocínio estimulado do outro – roubar-lhe o que for capitalizável e aniquilar todo o resto em seguida. Se, em algum tempo, o inferno era o outro, hoje, ele padece agonizante rumo à inexpressividade social e à impotência vital. Desastre lento, sem graça, sem vida, opaco, que nos chega pela TV devidamente formatado e representado, reduzindo nossa experiência com a alteridade à masturbação catódica de todos os dias.

As famílias-baias apareceram a público duas vezes – na ocupação e, agora, na eminência da desocupação. O sentimento de sua presença viva (ainda que mediada) e do que a situação teria de perturbador deve ter durado somente alguns segundos (se é que surgiu!) após a veiculação da notícia na mídia local, seguida do esquecimento.

Episódios como esse talvez tenham perdido sua potência perturbatória por remeterem a uma classe de fenômenos cada vez mais comum entre os homens, cada vez mais familiarizada como uma realidade supostamente “natural” – pessoas morando em favelas, nos morros a desabar, nas lixeiras com os urubus, nas ruas com a polícia e demais grupos de extermínio, nos barracos sobre mangues e brejos etc. Então, morar em baias não deve ser tão ruim assim, ainda não incomoda o suficiente, ainda está num nível aceitável de miséria, da “nossa” e da “deles”. Não nos surpreendamos se daqui a algum tempo, nos depararmos com gente morando no subsolo, nos esgotos subterrâneos ou mesmo em buracos no chão cavados a colher – estranhas alianças, do devir-porco para o devir-toupeira ou devir-tatu, passando pelos devires urubu, rato e caranguejo.

Que tipo de bichos, que tipo de hibridizações estão se formando com tais agenciamentos (morro, baia, mangue...)? Ora, se temos um agenciamento “homem-baia-animal-viver”, perguntamos: que espécies de desmaterializações e rematerializações encontramos aí neste bloco semiótico, que perceptos e afectos são mobilizados, que anti-matérias nesse agenciamento os seres liberam e que molecularizações ambientais eles contraem? Seriam os nossos autênticos mutantes, não aqueles hollywoodianos, bonitos demais, saudáveis demais, poderosos demais, mas de uma outra espécie, humanamente mais próxima, triste, frágil e real.

HAHA! Parece-me haver uma confusão de competências. Com a presença dos novos híbridos entre o homem e o animal, a quem iremos recorrer nesse impasse, Ibama ou Direitos Humanos? Vamos contar com a eficiência do Ibama para garantir nossa condição animal de ter direito a um ambiente favorável à alimentação, reprodução etc., com vistas a um equilíbrio metaestável do sistema coletivo geral? Vamos contar com os DH para garantir que nossa condição humana (liberdade, saúde, educação etc.) seja assegurada? Em suma, o Ibama para nossas garantias humanas de sobrevivência mínima animal e os DH para nossas garantias animais de sobrevivência máxima humana?

*

Mas vejamos o “lado de cá”. Se, por um lado, assistimos pessoas ocupando baías e outros lugares semelhantes por necessidade, por outro lado, observamos verdadeiras manadas humanas que ocupam nossas baías coletivas de consumo por vaidade. O que não são os shoppings centers, senão um aglomerado de baías dispostas uma a uma, cada qual vendendo em seus espaços estilos e produtos, formas de vida e mercadorias, e ditando, antes de mais nada, que modos descartáveis cada um deve assumir para compor a integridade desse imenso gado planetário capitalista? O que não é a mídia contemporânea, senão uma máquina que fabrica zumbis, que impede o exercício crítico do pensamento e nos distancia dos acontecimentos reais, retirando-lhes justamente sua condição mundana – as ruas, o barulho, as cenas, as pessoas – pela paranóica subsunção de nossa presença? O que não são as novas formas de sociabilidade contemporânea, senão um solipsismo masturbatório coletivo, elevado à enésima potência? E os controlatos da bio-ascese³? A febre pela perfeição corporal modelar, a onda dos produtos light & diet, os bronzamentos artificiais, as cirurgias plásticas, as campanhas de combate à obesidade (que atingem todo e qualquer suspeito ou candidato a “gordinho”), os paranóicos da bela forma viciados em

³ Cf. ORTEGA, F. (2002). Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão do corpo. In: *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Organizado por Margareth Rago, Luiz B. Orlandi e Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A. Segundo este autor (p. 154-155): “As modernas ascèses corporais, ou bio-ascèses, reproduzem no foco subjetivo as regras da biosociabilidade, enfatizando-se os procedimentos de cuidados corporais, médicos, higiênicos e estéticos na construção das identidades pessoais, das bio-identidades. Trata-se da formação de um sujeito que se auto-controla, autovigia e autogoverna.”

fitness, os ataques publicitários e jornalísticos à maldição contemporânea da gordura material e imaterial – o boicote na anorexia, a sobrecarga na obesidade.

Peter Pal Pelbart, ao comentar o trabalho de Châtelet, intitulado *Vivre et penser comme des porcs* (Viver e pensar como porcos), afirma que o filósofo francês não faz referência às favelas e ao tráfico de drogas, nem aos meninos de rua, trabalho escravo ou prostituição infantil, mas sim às sociedades afluentes do Primeiro Mundo, “às democracias-mercado que respeitam os chamados direitos humanos e onde, não obstante, se vive e se pensa como porcos”.⁴ E como isso se dá? Para Châtelet, através de uma equação simples: Mercado = Democracia = Homem médio.

A mão invisível do Mercado administra o “consenso” democrático, fazendo de nós esse “gado cibernético que pasta mansamente entre os serviços e mercadorias ofertadas”. Temos, por um lado, uma flexibilização geral, das fronteiras, do trabalho, das informações, das relações, uma “desmaterialização universal e consensual, num grande magma feito de turbulência e equilíbrio, de violência e desencanto”; por outro lado, e como resultado, nos deparamos com uma assustadora operação de anestesia social, “fundada na unidade indispensável, o homem médio, estatístico, o consumidor ideal, de bens e serviços, de entretenimento, de política, de informação, o cyber-zumbi”.⁵

*

O grande trabalho do capital contemporâneo e de suas agências de controle repousam num procedimento simples: incorporar as diferenças, fazê-las falar por sua boca em uma língua universal codificada; produzir repetições do mesmo, repetições de diferenças cooptadas e rebatidas por sob o plano de imanência do mercado – decalques ao infinito. A estratégia é familiarizar, domesticar, docilizar para fornecer, assim, a segurança e a garantia de que o mundo do consumo e dos seus signos validam as formas de vida que são mais “civilizadas”, mais próximas do ideal midiático.

Nesse sentido, o terror da alteridade e seu poder de trazer o caos, o desconhecido, o inumano, ameaça os limites previsíveis das ordens sociais vigentes. Na engenharia

⁴ PELBART, P. (2000). *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras. P. 23.

⁵ *Ibidem*, p. 23.

maquínica para a manutenção de tais programas de controle, o capitalismo lança mão de estratégias que encontram suporte em veículos de representação ou agências de controle, responsáveis pela tarefa de (re-)produzir sentidos para a experiência entre os corpos e a quantidade de realidade com a qual interagem. Esses veículos de representação trabalham na produção de uma outra versão da realidade, um duplo do real, um simulacro que termina por afirmar um poder de persuasão maior que o do real propriamente dito.⁶

Esses veículos ou programas de representação produzem, portanto, interpretações que atravessam todos os coletivos humanos e não-humanos, tornando-nos partícipes e operadores ativos de nosso próprio controle. Ou seja, nós articulamos um duplo modo de experienciar a realidade, ora diretamente (experiência não-mediada, imanente), ora por mediações nutridas por simulacros (experiências-enlatadas). Por um lado, temos uma forma de experienciar mediada por nossas representações que, articuladas sob uma lógica pré-estabelecida, tendem a ser representações de corpo ideal, de outro ideal, de lugar ideal, representações a partir das quais se produzem estilos de vida e de pensamento, representações com as quais nos afastamos de uma experiência mais direta e menos normatizada com os acontecimentos; e, por outro lado, temos um modo de experienciar mobilizado pelas afecções diretas que o mundo nos provoca, livres de quaisquer critérios apriorísticos de avaliação e interpretação da experiência. Isso significa que somos a todo instante *mediados* em nossa relação com o mundo, significa que nos afastamos dessa outra potência do nosso corpo, da nossa vulnerabilidade ao outro e, com isso, assistimos inertes à cronificação do fosso que nos separa de nossos processos de singularização. Temos a montagem de toda uma maquinaria de poder (medicina, psiquiatria, jornal nacional, agências de publicidade, revista veja etc.) que administram e coordenam nossa alienação diante do que acontece em nossa cidade, em nosso bairro, em nossa rua, em nosso corpo. Alienação, principalmente, daquilo que somos capazes de fazer diante dos constrangimentos de nossa potência vital.

⁶ Basta vermos a diferença entre uma quantidade de realidade que nos é transmitida/interpretada/formatada via mídia e aquela que encontramos nas ruas, nos rostos e nos acontecimentos do mundo. Cf. BAUDRILLARD, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'água. Cf. do mesmo autor: *Televisão / Revolução: o caso Romênia*. In: PARENTE, A. (Org.). (1993). *Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

A alteridade é um dos campos contemporâneos que mais sente os efeitos dessa lógica perversa de veiculação incessante de representações onipotentes. Quando a mídia veicula imagens recortadas e segundos selecionados de “verdades” jornalísticas sobre quaisquer eventos mundiais – a faixa de Gaza, o terrorismo, o desequilíbrio econômico de certos países, a fome, as guerras etc. – ela sinaliza, de antemão, que, quando ‘alteridade’ equivale a ‘diferenças’, os resultados são mortes, destruições sociais e naturais e o assombroso fantasma da insegurança. Mas quando ‘alteridade’ vira sinônimo do ‘Mesmo’, do ‘pacífico’, a mídia sinaliza a presença de uma situação de conforto, de tranquilidade, de supressão de conflitos – a harmonia celestial do paraíso, o gozo final. Mas a crueldade do real não falha: quanto maior a uniformidade, o consenso, a conformação, maiores e mais mortíferas serão a passividade, a alienação e, conseqüentemente, o controle; maiores e mais violentas serão as erupções intempestivas das vidas mortificadas.

Nossa relação com a alteridade está ameaçada por uma visada que destrói o outro na sua condição de estrangeiro, de portador de diferenças e singularidades. São os espectros que rondam nossas composições institucionais – imaterialidades familiares, estatais, fraternais... [o outro como igual, que só desfruta dos mesmos direitos (humanos?) se igual a mim e a todos; o único direito cuja variabilidade e força tem crescido assustadoramente é o direito do consumidor, mas sempre partindo de premissas básicas que visam garantir sua integridade e proteger o paraíso do consumo dentro das regras do convívio civilizado] ... que ainda ditam silenciosa e subrepticamente com quem queremos nos relacionar, dialogar, trepar... é sempre uma busca ou tendência de buscar no outro um melhor funcionamento do ‘eu’ mesmo, buscar no outro ‘igualizado’ o que não conseguimos atualizar em nosso próprio plano. Tornar o outro similar, assimilado, nulo. E todos os discursos e imagens que a mídia veicula são sempre na tentativa de atingir o padrão, agora a partir de uma suposta diferença, ou seja, multiplicam-se as formas de propaganda, persuasão e sedução com estilos os mais variados (orientais rasta, negros hi-tech, brancos drogados-felizes, crianças dementes-infantilizadas, máquinas-caça-consonância etc.) para que, de algum modo, nos sintamos tocados por algum dos mundos que se fazem presentes ali.

E não há o que concluir, não há questão que aqui reclame um fim. Mas apenas
começos.